

**AMPLIAÇÃO DE
OPORTUNIDADES
EDUCACIONAIS: GUIA DE
RECOMENDAÇÕES A
GESTORES PÚBLICOS A PARTIR
DO IOEB**

Renata Grinfeld e Sanny Silva da Rosa

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumir a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável, não fosse a renovação e a vinda dos pequenos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender algo novo e imprevisto para nós, preparando-as em vez disso, com antecedência, para a tarefa de renovar um mundo comum.”

Hannah Arendt

sumário

• <u>Apresentação</u>	4
• <u>o ioeb e a noção de território</u>	6
• <u>políticas públicas intersetoriais: uma chave para ampliação das oportunidades educacionais nos territórios</u>	10
• <u>redução de desigualdades educacionais: o caso analisado na pesquisa</u>	13
• <u>dimensões chave de políticas e programas voltados à ampliação de oportunidades educacionais:</u>	18
<u>valorização das identidades locais</u>	
<u>o projeto político pedagógico</u>	
<u>Gestão democrática</u>	
<u>formação continuada</u>	
• <u>Para saber mais: ioeb, CE CEDAC e referências</u>	25
• <u>Referência da dissertação</u>	26
• <u>Sobre os autores do ioeb</u>	27
• <u>Sobre as autoras deste Guia</u>	28

apresentação

Embora a desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil não seja uma novidade, o tema está longe de ser solucionado. Há uma diversidade de estudos que evidenciam a persistência das desigualdades de oportunidades educacionais em relação à aprendizagem e ao desempenho e relativas ao crescimento da distância entre estudantes de diferentes origens socioeconômicas, bem como de diferentes grupos étnico-raciais, além das desigualdades evidenciadas regionalmente (ALVES, SOARES, XAVIER, 2016; SOARES, DELGADO, 2016; CENPEC, UNICEF, 2021).

Quando pensamos em oportunidades educacionais, há múltiplas formas e possibilidades de materializá-las, que podem ser entendidas como tais: acesso, permanência, familiares presentes, pertencer a uma comunidade onde existam equipamentos públicos, como bibliotecas, centros culturais e escolas próximas de casa são alguns exemplos.

Com o objetivo de captar e medir as oportunidades educacionais oferecidas a crianças e jovens em um município ou Estado foi criado o Ioeb*, que teve sua primeira edição em 2015. Trata-se de um índice público que, desde 2018, tem sua gestão realizada pela Comunidade Educativa CEDAC**.

Este guia de recomendações direcionado aos gestores públicos (estaduais e municipais) é resultado de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Educação, que teve como objetivo compreender quais fatores relacionados às políticas públicas educacionais adotadas nos territórios proporcionam mais ou menos oportunidades educacionais.***

* <https://ioeb.org.br/>

** <https://comunidadeeducativa.org.br/>

***Desigualdades educacionais: uma análise a partir do índice de oportunidades da educação brasileira (ioeb) –USCS –Defendida em 17 de agosto de 2022. Orientadora: Profa. Dra. Sanny Silva da Rosa

Para tanto, a pesquisa analisou dados da primeira e da terceira edição do loeb (2015 e 2019) a fim de selecionar o Estado que, no período dessas edições, reduziu desigualdades de oportunidades educacionais de forma mais consistente. Uma vez selecionado esse Estado, foram analisados os contextos de dois grupos de municípios dentro dele: os 10% que apresentam pior desempenho no loeb e os 10% que apresentam melhor desempenho no loeb, com o objetivo de compreender quais são suas principais diferenças e semelhanças, e, a partir dessa compreensão, analisar as políticas implementadas no período correspondente.

Nossa expectativa é que este guia possa apoiar gestores e gestoras públicos na formulação de políticas públicas que ampliem as oportunidades educacionais em seus territórios. Que tenham uma ótima leitura!

o ioeb e a noção de território

Esta seção se dedica a expor como o Ioeb se vincula diretamente com o conceito de território. Como qualquer índice, o Ioeb **não** deve ser analisado isoladamente de seu contexto, uma vez que se articula com diferentes características territoriais. Os sub indicadores que o compõem foram definidos de maneira a representarem, conjuntamente, as oportunidades oferecidas por uma determinada localidade. Ou seja, a análise de cada um separadamente e a possibilidade de investimento em apenas um deles não representa o aumento de oportunidades educacionais em uma determinada localidade.

De forma geral, o Ioeb é composto por quatro indicadores que representam **insumos** – escolaridade dos professores, jornada escolar, taxa de atendimento na educação infantil e experiência dos diretores (mais de três anos/mais de seis anos) – e três indicadores que representam **resultados** – Ideb ajustado¹⁰ dos anos iniciais, Ideb ajustado dos anos finais e taxa de matrícula líquida do ensino médio. O cálculo do índice pode ser consultado no documento Nota Técnica – Índice de Oportunidades Educacionais do Brasil Ioeb 2021*

*Disponível em <https://ioeb.org.br/nota-tecnica-ioeb-2021/> Acesso em 03 out 2022

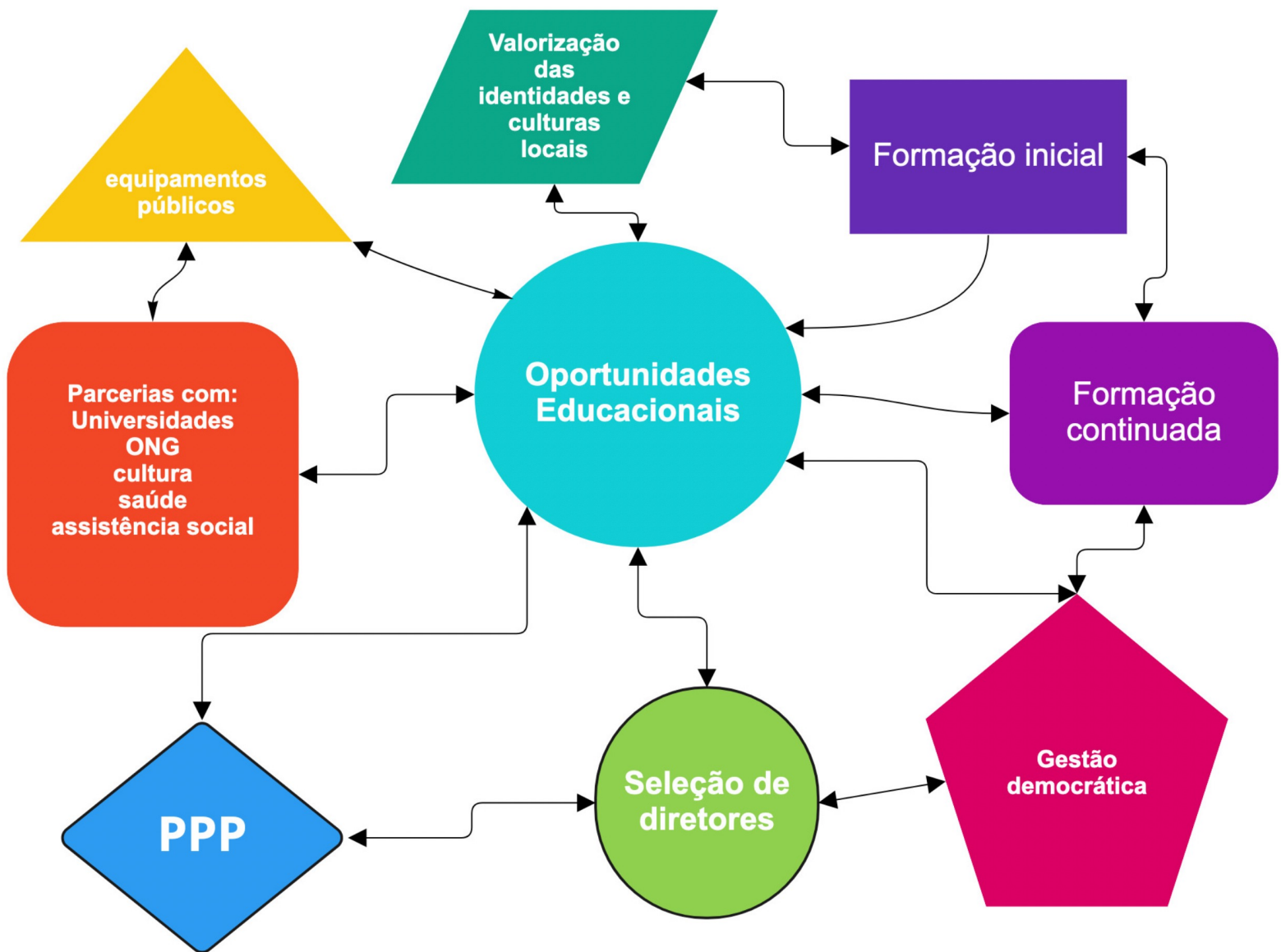
A fim de dialogar com o Ióeb, apresenta-se a seguir o conceito de território, que se pretende vincular à própria compreensão do índice.

Milton Santos (2005) traz uma abordagem que dialoga com a perspectiva de território que se deseja expor neste trabalho. Para ele, território é um espaço dinâmico, integrador e mediador, uma vez que cria a possibilidade da formação de redes e, portanto, possibilita a ação solidária. Nesse sentido, o geógrafo traz a importância do espaço para a construção e a articulação entre as diferentes políticas.

Para que uma localidade possa oferecer o máximo de oportunidades educacionais a suas crianças, adolescentes e jovens, são desenhadas algumas possibilidades, como: a articulação entre diferentes instâncias e setores, a criação de redes e a consciência a respeito das diferentes responsabilidades em relação à educação em prol de uma sociedade mais equitativa e de um território mais solidário e harmonioso.

Assim, quando pensamos em oportunidades educacionais, podemos aludir ao conceito de educação integral como um direito. E, sendo um direito, o acesso ao tempo, espaço e pertencimento escolar, dentro e fora dos muros, se faz cada vez mais urgente quando temos um país com tamanha desigualdade social e educacional. Entretanto, para que uma política tenha seus ganhos vinculados à diminuição das desigualdades, se faz necessário pensar na utilização desse tempo extra, de forma a oferecer qualidade nas atividades propostas, incluindo as dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural*.

Aspectos inter relacionados que, juntos, podem ampliar as oportunidades educacionais.



dicas de leituras para aprofundamento:

Sobre cidade educadora:

CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Centro de Referências em Educação Integral** (site). Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/cidade-educadora/>. Acesso em: 18 fev 2021.

Sobre território

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL: Observatorio Social de América Latina**. Año 6, n. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Santos-M.-O-retorno-do-territorio.pdf> Acesso em 03 out 2022.

políticas públicas intersetoriais: uma chave para ampliação das oportunidades educacionais nos territórios

Há um conceito fundamental a ser abordado: o da **intersectorialidade**. Gouveia (2009) traz a perspectiva da intersectorialidade como estratégia de gestão educativa que potencialize a educação integral, trazendo os direitos das crianças e adolescentes como recentes conquistas e foco dessa abordagem:

A integralidade da proteção prevista no ECA supõe que seja assegurado um conjunto de direitos: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. É necessário, pois, que as diferentes políticas sociais estejam conectadas em torno de propósitos comuns, uma vez que, na ótica da garantia de direitos, não há hierarquia entre elas. Assim, do ponto de vista jurídico, a proteção integral é o solo que reveste de pertinência a gestão intersectorial nos tempos atuais. (p. 12)

A perspectiva sistêmica e intersectorial é também parte da provocação que o loeb traz ao revelar as oportunidades oferecidas por uma determinada localidade. Assim, torna-se ainda mais relevante a proposta de se olhar cuidadosamente para um índice que considera diferentes aspectos com um objetivo comum de melhorar a qualidade educacional disponibilizada nos diferentes territórios brasileiros.

A proposta do Ioeb provoca articulações em prol da colaboração intersetorial – incluindo diferentes esferas da sociedade e entes federativos –, a fim de conscientizar a respeito da **corresponsabilização social** para que todas as crianças, adolescentes e jovens possam acessar o direito a uma educação de qualidade.

A fim de promover uma análise mais aprofundada a respeito das oportunidades educacionais de cada território, a CE CEDAC elaborou um instrumento de análise com base em diálogos e escutas de gestores e gestoras educacionais de várias partes do país, além dos indicadores já presentes no índice, a fim de contemplar a complexidade do tema. Este instrumento permite um olhar mais amplo sobre cada território e, ao mesmo tempo, possibilita a formulação de um plano de ação específico para cada contexto, de acordo com suas demandas e prioridades, a partir do índice.

Além disso, o instrumento vem acompanhado com um Guia de uso, que recomenda fortemente a formação de um comitê heterogêneo que possa responder ao instrumento de forma a contemplar as diferentes dimensões sob diferentes pontos de vista, o que dialoga diretamente com o modelo democrático de gestão, apresentado e indicado neste trabalho.

dicas de leituras para aprofundamento:

Sobre intersectorialidade

GOUVEIA, M. J. A. Intersectorialidade e a contemporaneidade. **Salto para o futuro: educação integral e intersectorialidade.** ano XIX, n. 13, out. 2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012175.pdf> Acesso em: 03 out 2022

Para saber mais sobre a ferramenta de análise loeb:

https://ioeb.org.br/wp-content/uploads/2022/04/Ferramenta-para-analise-das-oportunidades-educacionais_a-elaboracao-de-um-instrumento-participativo.pdf

Para acessar a Ferramenta de análise loeb:

<https://ioeb.org.br/ferramenta-gratuita-ajuda-gestor-a-avaliar-oportunidades-educacionais-no-territorio/>

Com os objetivos de contextualizar o loeb, reconhecer a importância do uso de indicadores para a tomada de decisões e e conhecer a ferramenta de forma mais prática, A CE CEDAC também organizou um curso autoinstrucional gratuito, denominado *Diagnóstico de Ampliação das Oportunidades Educacionais*, disponível em: <https://cedacvirtual.org.br/ead/mod/page/view.php?id=2377>

redução de desigualdades educacionais: o caso analisado na pesquisa

O percurso das escolhas metodológicas que possibilitaram a identificação do Estado brasileiro que mais reduziu as desigualdades de oportunidades educacionais entre 2015 e 2019 – Maranhão – foi composto por duas etapas.

Na primeira etapa, foi realizada uma análise a partir de dados secundários, com o objetivo de selecionar um Estado brasileiro que tenha **diminuído de forma expressiva a distância entre os piores e melhores desempenhos do loeb de seus municípios no período entre 2015 e 2019** (primeira e terceira edições do índice). As desigualdades por Estado foram calculadas pela Metas Sociais*, a partir da razão entre as médias do loeb dos municípios pertencentes ao decil com maior desempenho e dos municípios pertencentes ao decil com menor desempenho em 2015 e em 2019.

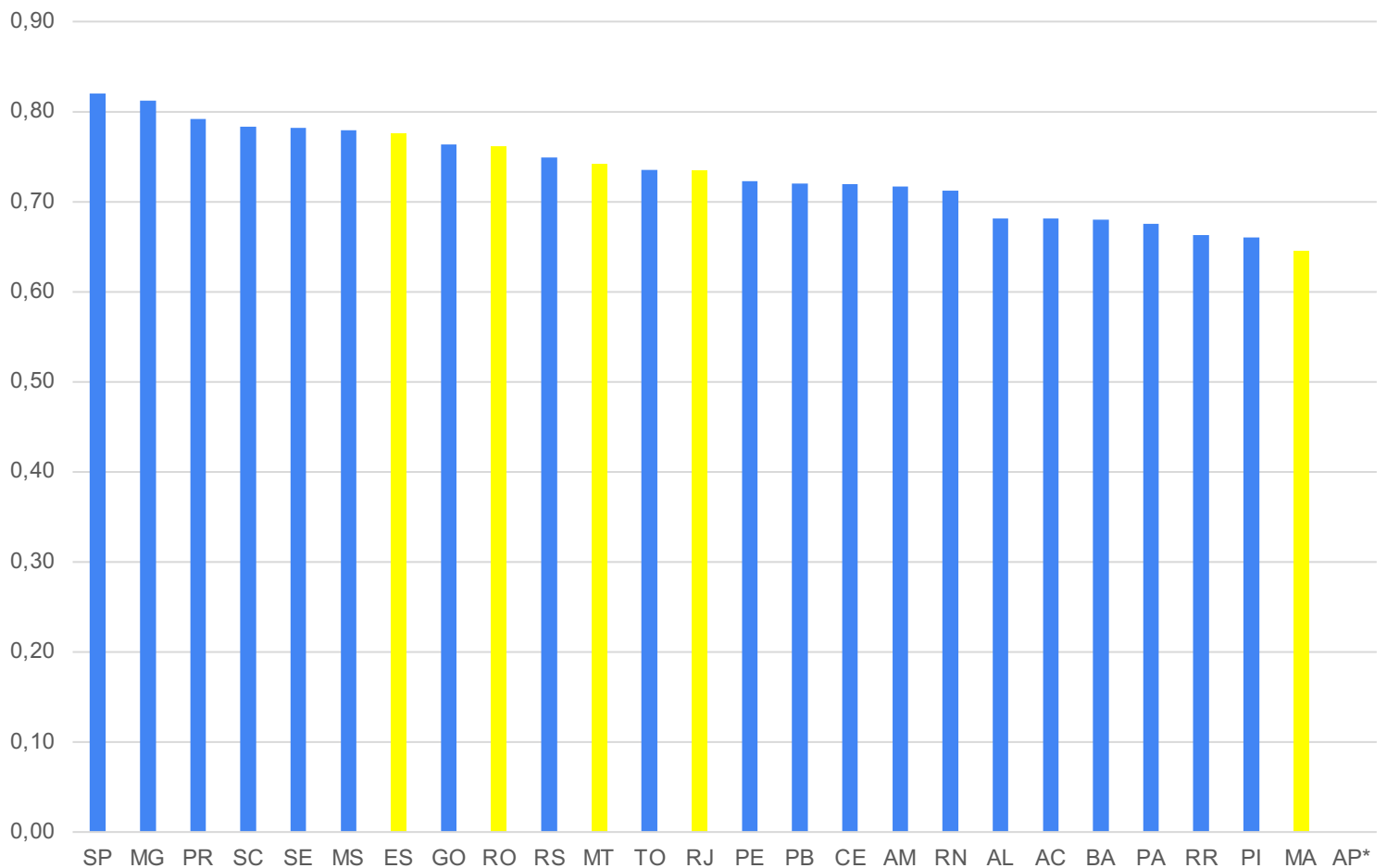
Na segunda etapa, portanto, foi adotada a metodologia de estudo de caso com o objetivo de analisar as decisões tomadas no Estado do Maranhão – Estado identificado na primeira etapa como o que mais reduziu as desigualdades no período entre a primeira e terceira edições do loeb (2015 e 2019) – fazendo uso de uma análise documental que permitiu visualizar tais decisões

* A Metas Sociais é a consultoria responsável pela elaboração e cálculo do loeb:
<https://www.metassociais.com.br/>

Como o interesse da pesquisa foi voltado para a diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais, foram priorizados os estados onde ambos os grupos de municípios (decil 1 e decil 10), apresentaram crescimento do índice e a diminuição da distância entre eles.

A seguir, apresentam-se os gráficos dos estados em relação ao indicador de desigualdade (quanto mais próximo ao número 1, mais equitativa é a relação entre os municípios do estado e, portanto, menos desigualdades de oportunidades educacionais), em 2015 e em 2019.

GRÁFICO 1 – Desigualdades de oportunidades educacionais por Estado em 2015



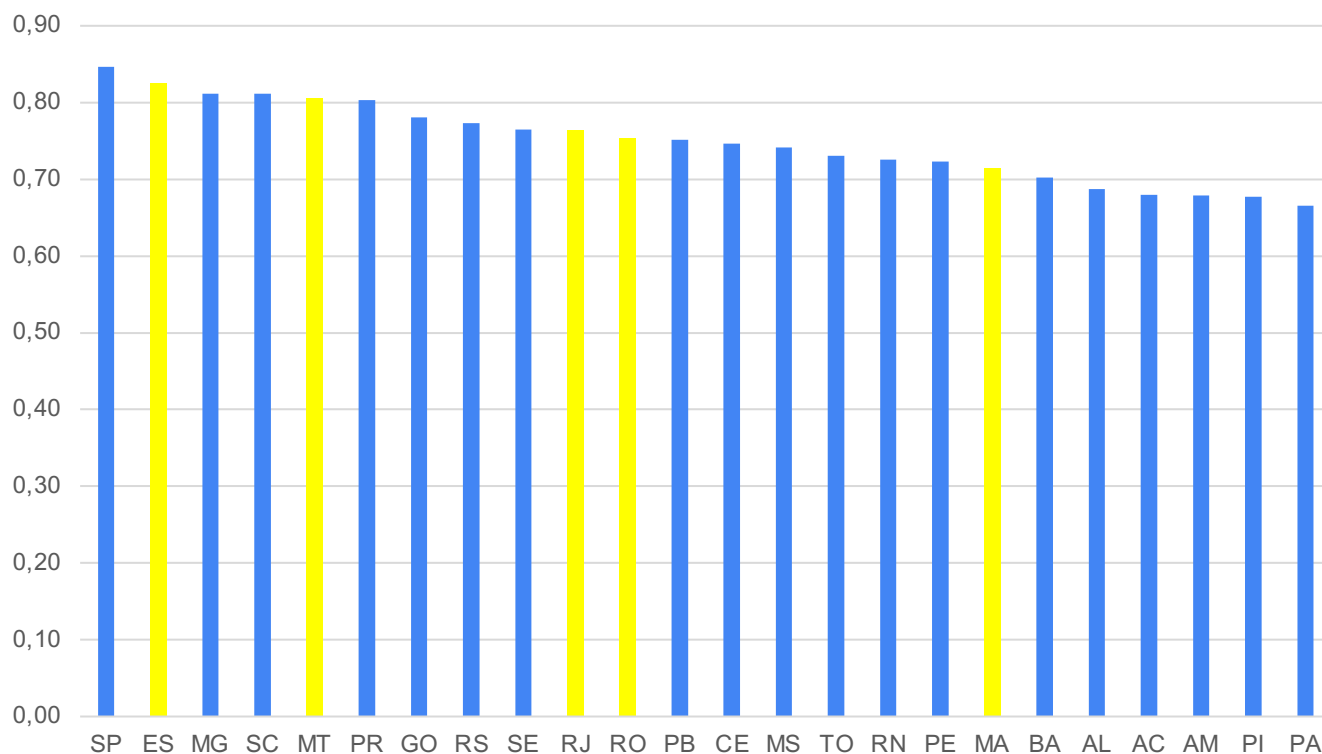
Fonte: elaboração própria com base nos dados do loeb 2015 calculados pela Metas Sociais (Anexo A).

*O Estado do Amapá (AP) não apresentou dados suficientes para o loeb em 2015.

** Estados em amarelo registram os dados dos estados selecionados para comparação em função dos dados obtidos a partir do gráfico 3, que traz os dados de 2019.

Em 2015, o Estado do Maranhão ocupava a última posição, apresentando, portanto, o maior índice de desigualdade de oportunidades educacionais, muito perto dos estados do Piauí, Roraima, Pará, Bahia, Acre e Alagoas. Rio de Janeiro ocupava a 13ª posição, Mato Grosso, a 11a, e o Espírito Santo, a sétima posição

GRÁFICO 1 – Desigualdades de oportunidades educacionais por Estado em 2019



Fonte: elaboração própria com base nos dados do loeb 2019 calculados pela Metas Sociais (Anexo A).
* Os Estado do Amapá (AP) e de Roraima (RR) não apresentaram dados suficientes para o loeb em 2019, por isso não aparecem no gráfico.

Nota-se que, em 2019, quando comparamos com 2015, o Estado do Espírito Santo avançou cinco posições; Rio de Janeiro, três; Mato Gross, seis; e Maranhão, sete. Embora o **Estado do Maranhão** ainda esteja mais distante de alcançar o número 1, e, portanto, de proporcionar oportunidades educacionais de forma mais equitativa, o **esforço empreendido no período revelou-se o mais expressivo.**

A partir do momento em que esta pesquisa encontrou o Estado que mais diminuiu as desigualdades de oportunidades educacionais entre os grupos de municípios que apresentavam melhores e piores desempenhos, foi então realizada uma análise documental que teve como objetivo trazer à luz as ações que fomentaram tal avanço: o que aconteceu nessa localidade, nesse intervalo de tempo, que possibilitou tal avanço?

Desde 2015, a maior política implementada no Estado foi o **Programa Escola Digna**, e, por essa razão, foi o principal objeto de análise. Assim, a seção a seguir traz as dimensões encontradas nesta análise que podem ter contribuído para a ampliação das oportunidades educacionais no estado.

dimensões chave de políticas e programas voltados à ampliação de oportunidades educacionais

A partir do momento em que esta pesquisa encontrou o Estado que mais diminuiu as desigualdades de oportunidades educacionais entre os grupos de municípios que apresentavam melhores e piores desempenhos, foi então realizada uma análise documental que teve como objetivo trazer à luz as ações que fomentaram tal avanço: o que aconteceu nessa localidade, nesse intervalo de tempo, que possibilitou tal avanço?

Desde 2015, a maior política implementada no Estado foi o Programa Escola Digna, e, por essa razão, foi o principal objeto de análise.

A análise deste documento teve como objetivo encontrar **possibilidades de interlocução com a diminuição das desigualdades de oportunidades educacionais no Estado.**

Este guia traz, assim, 4 dimensões fundamentais, que se articulam com o loeb e que podem ser **propostas concretas para que gestoras e gestores educacionais possam ampliar as oportunidades educacionais em seus territórios.**

valorização das identidades locais

- Reconhecer a diversidade existente em diferentes contextos e, portanto, nas práticas e nas relações escolares cotidianas.

Para saber mais:

https://ioeb.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Oportunidades-Educacionais_Estudo-loeb_02.pdf

- Conhecer e contemplar as especificidades territoriais a fim de valorizar as culturas locais, além de pensarem em políticas públicas que possam responder às demandas locais. Aqui cabe repensar currículo e avaliação, de acordo com as especificidades locais.

Para saber mais:

http://praticaseducativas.org.br/documentos/Livro_Digital_Pesquisa.pdf

- PNE- meta 7

7.26) **consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural;** a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

Para saber mais:

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

o projeto político pedagógico

- reflete a identidade da escola, evidenciando suas especificidades e demandas próprias a fim de criar sentido nos processos de ensino e de aprendizagem.
- como documento orientador de cada instituição educacional, deve ser elaborado coletivamente de forma a considerar o contexto e a cultura local.

Para saber mais:

<https://comunidadeeducativa.org.br/projeto-politico-pedagogico-orientacoes-para-o-gestor-escolar-entender-criar-e-revisar-o-ppp/>

- para revisão do PPP, recomenda-se o curso *Um PPP para os contextos atuais*, disponível em:

<https://cedacvirtual.org.br/ead/mod/page/view.php?id=1002>

gestão democrática

- Revela a importância da participação da comunidade escolar nas decisões da escola e, portanto, cria um sentimento de pertencimento e corresponsabilidade fundamentais para a ampliação das oportunidades educacionais.

Para saber mais:

https://comunidadeeducativa.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Dia%CC%81logo_site.pdf

- Meta 19 do PNE: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Para saber mais:

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

- Um dos subindicadores de insumo do índice é o tempo de experiência do/a diretor/a, o que expressa a necessidade da gestão escolar conhecer e se vincular com as pessoas e espaços do entorno da escola, a fim de construir pontes de diálogo e participação.

Para saber mais:

<https://ioeb.org.br/nota-tecnica-ioeb-2021/>

- Mas a gestão democrática é, ainda, um desafio. Para que seja possível, a seleção dos/as diretores/as deve estar associada à eleição por parte da comunidade e, ao mesmo, formação técnica que habilite os/as candidatos/as para que esta função gestora seja realizada de forma mais profissional.

Para saber mais:

https://www.youtube.com/watch?v=_a13nWeIrbE

<https://comunidadeeducativa.org.br/direcao-para-os-novos-espacos-e-tempos-da-escola/>

formação continuada

- qualifica a ação docente e se vincula com os pontos anteriores de forma a enriquecer cada um deles ao conscientizar os/as docentes a respeito da importância de cada um deles
- PNE, meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. **Para saber mais:**

<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

- A formação continuada é fundamental para o aprimoramento e atualização de professores e professoras. Há uma diversidade de demandas, temas e especificidades de acordo com os territórios e etapas escolares. Por isso, recomenda-se uma visita a este site formativo, que oferece diversas possibilidades de formações e percursos formativos:

<https://polo.org.br/formacoes/cursos>

Para saber mais sobre o Ioeb, acesse:

<https://ioeb.org.br/conteudos/>

<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2021/Quanto-cada-territ%C3%B3rio-contribui-para-a-forma%C3%A7%C3%A3o-educacional-de-suas-crian%C3%A7as>

Sobre a CE CEDAC e suas publicações:

<https://comunidadeeducativa.org.br/publicacoes/>

Bibliografia de referência sobre o tema:

ALVES, M. T. G. **Caracterização das desigualdades educacionais com dados públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica.** Lua Nova: São Paulo, 2020.

BARROS, D. **País mal-educado: por que se aprende tão pouco nas escolas brasileiras?** Rio de Janeiro: Record, 2018.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Org.). **Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CRAHAY, M. Como a escola pode ser mais justa e mais eficaz? **Cadernos Cenpec**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-40, jun. 2013.

CREA. **Community of Research on Excellence for All.** Relatório Includ-ed. 2006-2011. Universidad de Barcelona. Disponível em: <https://www.comunidadeaprendizagem.com/uploads/materials/12/740922c2359d3ca752de853bbb798930.pdf>. Acesso em: 18 fev 2021.

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. **Desigualdades de oportunidades educacionais no início da trajetória escolar no contexto brasileiro.** Lua Nova: São Paulo, 2020.

Referencia da dissertação

GRINFELD, Renata

Desigualdades educacionais : uma análise a partir do Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (IOEB) / Renata Grinfeld. – São Caetano do Sul: USCS, 2022. 87 p.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sanny Silva da Rosa.

Dissertação (mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional, 2022.

1. Oportunidades educacionais. 2. Desigualdades. 3. Justiça social. 4. Políticas públicas. I. Título. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

Sobre os autores do Ioeb:

Reynaldo Fernandes

Professor Titular de Economia na FEA-RP /USP. Foi membro do Conselho Nacional de Educação entre 2010 e 2014. Entre 2005 e 2009, Reynaldo foi presidente do INEP - Ministério da Educação e, entre 2003 e 2005, foi Diretor Geral da ESAF - Ministério da Fazenda.

Fabiana de Felício

Mestre em Economia pela FEA/USP. Entre 2005 e 2008, foi Diretora de Estudos Educacionais no INEP - Ministério da Educação e, entre 2004 e 2005, foi Assistente de pesquisa da Diretoria da ESAF - Ministério da Fazenda.

<https://www.metassociais.com.br/equipe>

Sobre as autoras deste guia:



Renata Grinfeld

Graduada em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2001), em Pedagogia pelo Instituto Singularidades (2006), é especialista em Alfabetização pelo ISEVEC (2010) e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela USCS (2022). Profissional com 20 anos de trajetória nacional e internacional na área educacional, vinculada ao desenvolvimento, implementação e coordenação de projetos orientados à melhoria da qualidade educativa, a equidade e a coesão social. Ampla experiência em formação docente, com conhecimentos em pesquisas educacionais e produção de conteúdo. Atualmente é coordenadora de projetos na Comunidade Educativa CEDAC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional
<http://lattes.cnpq.br/9644338306993308>



Profa. Dra. Sanny Silva da Rosa

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983); Mestre (1990) e Doutora (1996) pelo Programa de Pós-graduação em Educação (Currículo) da PUC-SP. Realizou estudos pós-doutorais como pesquisadora visitante do Departamento de Sociologia da Educação do Instituto de Educação da University College London (UCL), sob supervisão do professor Dr. Stephen J. Ball (2010-2011). Atua como docente de cursos de graduação (Formação de Professores e Gestores) desde 1984 e em programas de pós-graduação stricto-sensu em Educação desde 2001. É professora permanente do PPGE da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), desde 2016, na Linha de Pesquisa de Política e Gestão Educacional. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão Democrática e Qualidade Social da Educação Básica (GEPED/USCS). Temas de pesquisa: políticas públicas e reformas educacionais; políticas curriculares; justiça curricular; qualidade social da educação; gestão democrática da educação básica.
<http://lattes.cnpq.br/6196601126141240>